

A renda básica ganha o mundo

» EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY
Deputado estadual de São Paulo

» MÔNICA DALLARI
Jornalista

É uma boa notícia: experiências e debates sobre a implantação de uma renda básica de cidadania ocorrem hoje em mais de 130 países, nos seis continentes, com diferentes prioridades, objetivos e fontes de financiamento, mas tendo em comum a certeza de que instituir uma renda básica é o melhor caminho para ter justiça social. O Brasil foi o primeiro país a aprovar uma lei instituindo por etapas a renda básica de cidadania até se tornar universal e incondicional. A Lei 10.835, de minha autoria quando era senador do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente Lula em 8 de janeiro de 2004.

Em junho de 2021, quando completei 80 anos, ganhei de presente do presidente uma live nas redes sociais sobre a renda básica de cidadania. “Está ficando claro que a renda básica deixou de ser uma ideia do Eduardo Suplicy e passou a ser uma necessidade humana”, declarou Lula.

O ministro da Economia, Fernando Haddad, deu seu apoio à proposta. “Não é possível que os modos de vida não possam ser repensados. Não se trata de se restringir a liberdade de ninguém, mas de ter objetivos claros de acabar com a fome do mundo, de acabar com a escalada armamentista, de termos uma cultura de paz, de respeito, de garantir uma renda básica para todo mundo.”

A mais antiga e bem-sucedida experiência de renda básica universal e incondicional ocorre no Alasca (EUA), após a descoberta de uma reserva de petróleo. Em 1976, o governo decidiu investir 25% dos royalties da exploração no Fundo Permanente do Alasca, responsável por distribuir uma renda básica a todos. De estado mais desigual, tornou-se o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos.

Em países desenvolvidos, como Inglaterra, França e Coreia do Sul, a preocupação é com a dificuldade dos jovens de ingressar no mercado de trabalho. A renda básica é vista como importante ajuda na grave epidemia de saúde mental.

Nos Estados Unidos, mais de uma centena de prefeitos aderiram ao programa *Mayors for a Guaranteed Income*. Em Nova York, 2 mil artistas recebem uma renda básica garantida. Em Atlanta, criou-se um projeto para beneficiar crianças em idade escolar em situação de rua. Na Califórnia, Stockton realizou um importante piloto. Em São Francisco, os beneficiários são a população transgênero.

Na Polônia, a Associação das Comunidades da Fronteira de Warmia e Mazury distribuirá uma renda básica mensal a moradores de comunas no norte do país, na fronteira com a Rússia, uma região extremamente pobre que sofre as agruras da guerra. Na Alemanha, a organização *Sanktionsfrei* financia uma experiência promovida por doadores privados. Um novo experimento está sendo conduzido pelo Instituto Alemão de Pesquisa Econômica, também financiado por 140 mil doações.

Em 2011, o Irã lançou um programa de transferência de renda incondicional para compensar a eliminação gradual de subsídios



para pão, água, eletricidade, aquecimento e combustível. O programa é o único no mundo a ser executado em todo o país.

No Quênia, a distribuição mensal de uma renda básica universal de US\$ 22 em 44 vilas rurais extremamente pobres trouxe bons resultados para as mulheres, que viram reduzir em 51% a violência doméstica e em 66% a violência sexual.

Macau é conhecida como Las Vegas da Ásia pelos cassinos. Em 2008, para combater a forte tensão social provocada pela desigualdade, o governo resolveu separar 6% da arrecadação para o pagamento de uma renda básica a 700 mil habitantes.

No Brasil, crescem os experimentos de distribuição de renda com moedas sociais. O primeiro caso ocorreu na periferia extremamente pobre de Fortaleza, no Conjunto Palmeira, quando se observou que os moradores gastavam 90% dos poucos recursos que recebiam fora da comunidade.

Em 1998, estudos concluíram que 80% dos produtos poderiam ser produzidos

localmente, como material de higiene e limpeza, gerando emprego e renda, conforme os princípios da economia solidária. Criou-se então a moeda social palma, administrada pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, de circulação restrita, pareada com o real, priorizando o microcrédito. O comércio aderiu à moeda e a experiência se tornou um sucesso.

Hoje, a principal experiência de distribuição de uma renda básica com moeda social ocorre em Maricá (RJ). Em 2010, quando foi descoberto um megacampo de petróleo na Bacia de Santos, o prefeito Washington Quaquá decidiu usar os royalties para melhorar a distribuição de renda, criando em 2013 a moeda social mumbuca.

O exemplo bem-sucedido estimulou a criação de novas moedas. Hoje são 153 em circulação no país e logo chegarão a 180. Em fevereiro, Petrópolis (RJ) lançará a moeda social ipê amarelo, se juntando às experiências em municípios como Niterói (RJ), São Miguel do Gostoso (RN), Maracanaú (CE) e Vila Velha (ES) com excelentes resultados.

O país das oportunidades perdidas

» SAMUEL HANAN

Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, foi vice-governador do Amazonas (1999-2002)

Historicamente, toda crise termina em uma bifurcação: desenvolvimento ou abismo. Tristemente, mais uma vez o Brasil, ao final de novo período de turbulência, não faz a opção pelo desenvolvimento socioeconômico e humano. Difícil, portanto, ter alguma perspectiva otimista de futuro.

Os sinais não são nada animadores. O governo que acaba de assumir, eleito com o apoio de 16 partidos políticos, de intelectuais, da classe artística e de banqueiros — além de contar com a boa vontade da grande mídia tradicional — antes mesmo de ser empossado se posicionou sobre temas relevantes de forma a gerar muita preocupação na classe empresarial principalmente. As reações são sintomáticas: muitos dos economistas notáveis já se pronunciaram pelo distanciamento do novo governo, alguns até declarando arrependimento pelas manifestações anteriores de apoio.

Há razões para tamanha preocupação. A começar pelo aumento do número de ministérios, de 23 para 37 pastas, número muito superior ao de países desenvolvidos como Alemanha (15), Estados Unidos (15), Itália (18), Reino Unido (22) e Rússia (17), com todos os custos que isso vai representar.

Outro motivo foi a PEC da Transição, pela qual o novo governo propôs ao Congresso autorização para gastar R\$ 180 bilhões por ano acima do teto legal por quatro anos. A justificativa foi a necessidade de garantir recursos para o pagamento do Bolsa Família, mas o Parlamento achou exagerado e modificou o projeto original, aprovando o estouro do teto por um ano apenas e no total de R\$ 145 bilhões, considerando ser tempo suficiente para o governo que assumiu em janeiro fazer os ajustes necessários no primeiro ano do exercício a fim de assegurar recursos orçamentários dentro do limite legal para 2024.

Outra medida polêmica foram as alterações na Lei das Estatais, aprovadas em votação relâmpago, de modo a permitir o aumento de 0,5% para até 2% da receita bruta operacional como limite de despesas com publicidade para empresas públicas e sociedades de economia mista, em cada exercício. Também foi reduzida drasticamente (de 3 anos para apenas 30 dias) a quarentena entre a desvinculação da estrutura de partido político ou de trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral e a posse do indicado para cargo de diretoria ou de conselho de administração de empresa pública e sociedades de economia mista da união, estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Essa alteração — carta marcada para beneficiar histórico integrante do partido do presidente — abriu uma brecha legal de efeito muito mais abrangente, mesmo porque a mudança também abrangeu a quarentena para cargos de agências reguladoras. As alterações facilitarão nomeações políticas em 587 cargos de alto escalão (272 diretorias e 315 vagas em conselhos), com remunerações e benefícios que consumirão até R\$ 3 bilhões por ano.

Além disso, o governo já prepara um novo substitutivo para a lei, a fim de flexibilizar o acesso a cargos nos conselhos administrativos das estatais. Se aprovado, o governo garantirá mais espaço para seus aliados no comando das empresas, uma vez que 317 postos serão disponibilizados.

Tudo isso caminha na contramão de tudo o que se esperava: a moralização das estatais, que detêm os cargos com maior remuneração e que num passado muito recente foram palco de enorme esquema de corrupção, responsável por condenações judiciais — depois revistas — de vários políticos que agora retornam ao poder. O mais dramático é que a farra será estendida aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, num efeito cascata significativamente oneroso aos cofres públicos.

Temos, portanto, um sinal preocupante: a instituição de mais privilégios, com mais despesas, em vez do corte de gastos, em decisão totalmente dissociada da realidade das receitas. Uma afronta aos princípios básicos de administração.

Por seu lado, ainda não se ouviu do presidente e de sua equipe de ministros nenhuma menção às propostas de redução de despesas, ao corte de privilégios ou a um plano de metas, essenciais à retomada do desenvolvimento do país, ansioso por um futuro melhor para seus 215 milhões de habitantes.

Nesta nação de decisões estranhas, um ministro da Suprema Corte decidiu, às 23h37 de um domingo, logo após o encerramento da Copa do Mundo no Catar, de forma monocrática, que a manutenção do programa de transferência de renda (atual Auxílio Brasil) poderá se dar por meio de abertura de crédito extraordinário, o que deixa essas despesas fora do limite de gastos. Tal decisão se deu no julgamento de pedido apresentado por um partido político e, com ela, a discussão sobre a questão deslocou-se do Congresso Nacional, onde vinha sendo debatida possível alteração legislativa, para ter desfecho no Judiciário.

De volta aos números, o cenário atual remete à previsão de aumento do déficit público nominal — dos atuais R\$ 800 bilhões ou R\$ 850 bilhões para R\$ 1 trilhão ou R\$ 1,05 trilhão, valor superior a 9,5% a 10% do PIB Nacional. Não é pouca coisa. Além disso, o pagamento de juros aos bancos deverá superar R\$ 900 bilhões ao ano, ou seja, montante superior a toda a arrecadação federal de quatro meses. E, o que é pior, os juros serão sempre crescentes, retardando a necessária desaceleração da taxa Selic. Significa dizer que os investidores e o mercado — que já mostraram certa desconfiança em relação ao futuro ministro da Economia — acompanharão ainda mais de perto todos os passos do governo.

Há motivos reais para preocupação. Afinal nenhuma medida foi anunciada em relação ao efetivo combate à corrupção, problema crônico apontado no ranking da ONU, no qual desde 2016 o Brasil aparece estagnado na 79ª posição entre os 176 países mais corruptos do mundo. Tampouco se fala em enfrentar, com urgência, o excesso de gastos com o funcionalismo público para desinchar a máquina administrativa e remunerar adequadamente os profissionais das áreas de educação, saúde e segurança pública.

Do mesmo modo, ainda não foi cogitado concretamente nenhum projeto de lei para reduzir as renúncias fiscais e os gastos tributários, que precisam cair dos atuais 5% para 1,5% do PIB a fim de garantir mais recursos para investimentos em áreas essenciais para a população. Não se viu, igualmente, nenhuma preocupação em apresentar um plano de metas, questão, aliás, ausente dos programas de governo e dos debates eleitorais.

Não podemos nos eternizar como o país das oportunidades perdidas. Ao chegar à bifurcação, é preciso optar pelo caminho do desenvolvimento. O humorista Millôr Fernandes (1923-2012) dizia, jocosamente, que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. Temos agora uma nova oportunidade de fazer a piada perder a graça. É bom não desperdiçá-la.

Federalização desde Brasília

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

O Brasil debate a necessidade de federalizar a segurança no Distrito Federal, mas continua resistindo em debater a necessidade de federalizar a educação das crianças brasileiras. Com o vandalismo golpista em 8 de janeiro, percebeu-se o risco de deixar a segurança da capital de 210 milhões de brasileiros nas mãos de um governador eleito apenas por 2 milhões de brasilienses.

O Brasil desperta para o risco de deixar a segurança da República nas mãos de um governador eleito apenas pelos brasilienses, mas não percebe os riscos de deixar a educação de suas crianças nas mãos de prefeitos sem recursos suficientes, nem vontade para implantar um sistema municipal de máxima qualidade e equidade, independentemente da renda e do endereço da criança. Sem isso, os destroços sociais continuarão sendo provocados permanentemente. No lugar do vandalismo golpista terrorista de prédios públicos, móveis e obras de arte, que desrespeita as instituições, os destroços sociais da pobreza, desigualdade, ineficiência e injustiças destroem a cara e o futuro do país. Da mesma maneira que se defende a federalização da segurança no DF para evitar novos ataques aos prédios públicos, o Brasil precisa defender a federalização da educação que deixa o país vandalizado pelo analfabetismo, a educação de base inconclusa ou de má qualidade, deixando uma população despreparada para o mundo contemporâneo.

Os municípios não dispõem de recursos

para oferecer educação de qualidade a todas as suas crianças e suas receitas são desiguais, o que faz impossível a equidade nacional, se depender de cada cidade. Só a federalização será capaz de levar o Brasil a dar o necessário salto na qualidade e na equidade da educação em todo o território nacional. Essa proposta tem sido identificada nacionalmente com Brasília. Sua concepção e defesa têm sido feitas por um político eleito pelo DF. O primeiro passo concreto nesse sentido foi a Lei nº 11.738 de 2008, de minha autoria, determinando o Piso Nacional para o salário do professor, nenhum deles ganhando menos do que o valor nacional, estipulado pelo Congresso para toda a República.

Com base na lei, todo janeiro, o piso é elevado para o Brasil, independentemente da unidade federal onde o professor atua. Desde então, todos os presidentes cumpriram o que está determinado. Nesses 15 anos, o piso salarial do professor subiu de R\$ 950,00 para R\$ 4.420,55, conforme decreto do ministro Camilo Santana. Isso representa 365,3% de diferença, enquanto a inflação no período foi de 114,6%, o que demonstra que, embora ainda seja menor do que deveria, houve valorização nacional do magistério, que não ocorreria sem uma lei federal, originada no DF e sancionada pelo então presidente Lula, na gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação.

Mas estamos longe do que é preciso. Primeiro, porque centenas de municípios não têm condições de pagar o valor determinado

pelo governo federal. Isso ocorre porque o Congresso não deu continuidade à Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2013, também de minha autoria quando senador, que daria ao governo federal a obrigação de pagar o valor do piso a cada professor, liberando a responsabilidade do prefeito e do governador, e dando-lhes a possibilidade de ampliar o valor do salário, com recursos de sua receita.

Segundo, para dar o salto educacional e levar a educação aos padrões das melhores do mundo, será preciso uma estratégia para, em 20 a 30 anos, irmos além da unificação nacional do Piso Salarial e definirmos uma Carreira Nacional Única para todos os professores. Cada um seria funcionário do Brasil, e não apenas da prefeitura onde trabalha. Fazer com todos eles o que já fazemos com os professores das universidades, dos institutos tecnológicos e das escolas federais.

Sem esses passos, o Brasil continuará tendo seu futuro vandalizado pelo terrorismo educacional: o descuido com a educação de nossas crianças. Ao olhar as consequências do vandalismo do dia 8 de janeiro, o Brasil despertou para a necessidade de federalizar a responsabilidade com a segurança pública em Brasília. Basta olhar para as consequências do vandalismo educacional de décadas sobre o intelecto de nossa população para percebermos a necessidade de o Brasil seguir a sugestão nascida em Brasília e federalizar a educação de base de nossas crianças.